



Governo federal lança Plano Safra 2026/2027 de R\$ 525,1 bilhões

Déficit do setor público em maio foi de R\$ 56 bilhões, informa BC

Página 3

Planos de saúde antigos terão reajuste máximo de 6,2% em 2026

Página 3

Previsão do Tempo

Quarta: Dia de sol com aumento de nuvens a partir da tarde. Não chove.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,16
Venda: 5,16

Turismo
Compra: 5,20
Venda: 5,38

EURO

Compra: 5,89
Venda: 5,90

São Paulo simplifica a tributação e exclui mais 174 mercadorias da substituição tributária do ICMS

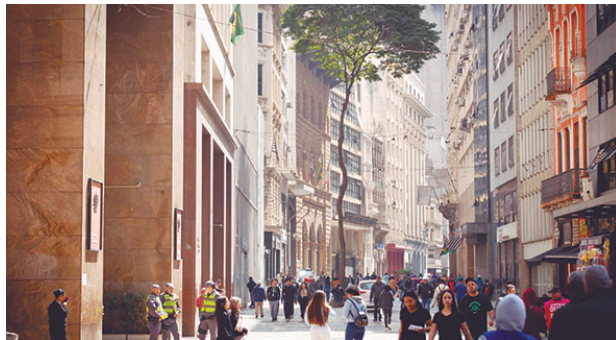


Foto: Sebastião Lages/Agência

O governo federal lançou na terça-feira (30) o Plano Safra 2026/2027. Principal programa federal de estímulo ao setor agropecuário brasileiro, a iniciativa vai destinar R\$ 525,1 bilhões apenas para a agricultura empresarial durante o próximo ano agrícola.

Do total, R\$ 384,9 bilhões estão reservados para custear despesas essenciais, como a compra de insumos, a manutenção de lavouras e rebanhos e a comercialização da produção. Outros R\$ 140,2 bilhões irão para investimentos, apoiando a modernização produtiva, ampliação da capacidade de armazenagem, irrigação, inovação tecnológica, renova-

ção de máquinas e equipamentos e o aumento da eficiência nas propriedades rurais.

Os R\$ 525,1 bilhões superam em R\$ 9 bilhões os R\$ 516 bilhões destinados ao agronegócio na safra anterior, safra 2025/2026, um incremento de 1,7%. Somado a outros cerca de R\$ 85 bilhões destinados à agricultura familiar, o financiamento para o setor agrícola supera os R\$ 610 bilhões.

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária, um dos principais avanços do Plano Safra 2026/2027 é a redução das taxas máximas de juros em linhas estratégicas da agricultura empresarial. Página 3

Vacinação de adolescentes de 15 a 19 anos contra o HPV é prorrogada

Página 6

Feirão de renegociação de dívidas em contas de água é prorrogado até 31 de julho

Página 2

Governo inicia retirada gradual de subsídios aos combustíveis

A queda recente no preço do petróleo fez o governo federal anunciar na terça-feira (30) o início da retirada gradual dos subsí-

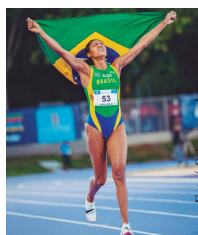
dios criados para conter a alta dos combustíveis por causa da guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Ira. Página 3

Esporte

Brasil fecha Pan-Americano com duas dobradinhas de ouro e prata no pódio do triplo

O salto triplo foi o destaque do Brasil - com dobradinha de ouro e prata no pódio, no feminino e masculino, no último dia de disputas do Campeonato Pan-Americano de Atletismo, no domingo (28), no Estádio Alfonso Galvis Duque, em Medellín, Colômbia. Gabriele Sousa dos Santos (EC Pinheiros-São Paulo) e Almir Cunha dos Santos (Sogipa-RS) ficaram com as medalhas de ouro. Regielécia Cândido da Silva e Elton Petronilho com as medalhas de prata.

O Atletismo Brasil disputou a competição com 30 atletas (15



Gabriele Sousa dos Santos, ouro no salto triplo

Moura, também a treinadora de Regielécia Cândido da Silva (EC Pinheiros-SP), de 24 anos, que

conquistou a medalha de prata no salto triplo com a marca de 13,79 m (-2.0). O bronze ficou com Mylena Hearn, dos Estados Unidos (13,75 m, 0,5).

No salto triplo masculino, na manhã deste domingo (28/6), o Atletismo Brasil também fez dobradinha de ouro e prata. Almir Cunha dos Santos (Sogipa-RS) foi o destaque com ouro e a marca de 17,24 m (-1.0 m/s). Fez dois saltos válidos, ambos acima dos 17 metros, o outro de 17,05 m (1.6). Elton Junio dos Santos Petronilho (EC Pinheiros-SP), de 24 anos, que treina com Kiyoshi Takahashi, obteve a medalha de prata, com 16,53 m. A de bronze

ficou com o norte-americano Brandon Green, com 16,47 m.

O outro ouro do dia veio com Eduardo Ribeiro Moreira (EC Pinheiros-SP) nos 800 m, com o tempo de 1:45.07. Dudu Ribeiro tem 25 anos e treina com Clodoaldo Gomes do Carmo. A medalha de prata ficou com o canadense Abdullahi Hassan (1:45.17) e a de bronze com o venezuelano Ryan Ignaiker Lopez Parra (1:45.90).

A medalha de bronze de Pedro Henrique Nunes Rodrigues (EC Pinheiros-SP) no lançamento do dardo, com 78,96 m, foi a última conquista da seleção brasileira na competição. Lars Anthony Flaming, do Pa-

raguai, ganhou o ouro (82,10 m) e Marc Anthony Minichello, dos Estados Unidos, a de prata (81,36 m).

A República Dominicana foi primeira no quadro de medalhas com 11 (8 de ouro, 2 de prata e 2 de bronze). O país ganhou um ouro a mais que o Brasil, que terminou com 16 medalhas (7 de ouro, 5 de prata e 4 de bronze), seguido do Canadá, com 13 (5 de ouro, 5 de prata e 3 de bronze). Na tabela de pontuação os três primeiros colocados foram: Colômbia, com 269 pontos, República Dominicana, com 207 pontos, e Brasil, com 181 pontos.

Haaland decide, Noruega vence Costa do Marfim e vai pegar o Brasil

A Noruega será adversária do Brasil nas oitavas de final da Copa do Mundo. Na terça-feira (30), a seleção escandinava superou a Costa do Marfim por 2 a 1 em Dallas, e terá pela frente a equipe brasileira no domingo (5), às 17h (horário de Brasília), em Nova Jersey, também nos Estados Unidos.

A estrela de Erling Haaland brilhou. Bem marcado ao longo do jogo, o atacante mostrou que precisa de poucas chances para ser letal. O camisa 9 balançou as redes pela quinta vez na Copa, a um de se igualar o craque argentino Lionel Messi, artilheiro da competição. Pai do astro norueguês, o ex-lateral Alf-Inge Haaland estava no estádio e se emocionou.

O Brasil terá pela frente a única seleção que nunca derrotou na

história. Em quatro jogos, são dois empates e dois triunfos noruegueses. O último justamente em uma Copa do Mundo. Em 1998, na França, os escandinavos ganharam por 2 a 1, de virada, pela fase de grupos.

Eficiência escandinava

Apesar de controlar o jogo durante a maior parte do primeiro tempo, a Costa do Marfim pecou na conclusão das jogadas. Foram duas chances claras desperdiçadas.

Aos 20 minutos, o lateral Ghislain Konan invadiu a área na esquerda, driblou o zagueiro Marcus Pedersen e chutou rasteiro, rente a trave direita, pelo lado de fora da rede. Sete minutos depois, Yan Diomandé cruzou pela esquerda, o também atacante Nicolas Pépé escapou do lateral David Wolfe e finalizou na pequena

área, mas pegou muito mal. Quando conseguiu se desvencilhar da pressão marfinense, a Noruega saiu na frente. Aos 38 minutos, o meia Martin Odegaard abriu para Antonio Nusa pela esquerda. O atacante entrou na área, levou para a perna direita e acertou o ângulo do goleiro Yahia Fofana, que nada pôde fazer.

O brilho do artilheiro

A etapa final foi ainda mais movimentada, com os Elefantes se lançando ao ataque. Aos nove minutos, o lateral Guélla Doué na entrada da área pela direita e chutou forte. A bola explodiu no zagueiro Torbjørn Heggem. Na sobra, na cara do gol, Pépé bateu e o goleiro Orjan Nyland fez uma bela defesa.

A Noruega, tentando administrar a vantagem, saía apenas em con-

tra-ataques. Em um deles, aos 20 minutos, Odegaard colocou na área, o atacante Alexander Sorloth desviou de cabeça e Heggem chegou finalizando, livre, mas o ponta Amad Diallo salvou em cima da linha.

O próprio Diallo foi quem deixou tudo igual. Aos 28 minutos, o atacante tabelou com Pépé pela direita, driblou Wolfe, deixou o meia Sander Berge no chão e mandou para as redes, marcando um golão.

A Costa do Marfim, então, foi quem recuou, dando campo para a Noruega atacar, tentando aproveitar a velocidade dos homens de frente às costas da marcação. A estratégia não funcionou. Aos 40 minutos, Oscar Bobb lançou em profundidade e também meia Patrick Berg, que, na área, tocou na esquerda para Haaland decidir a classificação escandinava.

Jornal ODIA SP

CONFRONTOS

O MUNDO INTEIRO EM CAMPO!

DEFINIDOS

QUARTA-FEIRA 01 JULHO 2026

		13:00
INGLATERRA	RD DO CONGO	SEGUNDAS DE FINAL
ESTÁDIO DE ATLANTA (ATLANTA)		
		17:00
BELGICA	SENEGAL	SEGUNDAS DE FINAL
ESTÁDIO DE SEATTLE (SEATTLE)		
		21:00
EUA	BÓSNIA E HERZEGOVINA	SEGUNDAS DE FINAL
ESTÁDIO DA BAIJA DE SÃO FRANCISCO (ÁREA DA BAIJA DE SÃO FRANCISCO)		

Estado de SP deve ter protocolo para atuar em manifestações

Decisão da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) impõe ao estado de São Paulo a construção e apresentação de um protocolo para a atuação de forças policiais em manifestações públicas, adequando o uso estatal da força.

O acórdão, datado do último dia 16 e divulgado pelo tribunal na última sexta-feira (26), dá o prazo de 60 dias corridos para a elaboração do documento, além de estabelecer exigências mínimas.

A decisão atende a um pedido da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, protocolado em 2014 e motivado pela atuação violenta da Polícia Militar em protestos de 2011 a 2013.

Na ação inicial a Defensoria

apontou detenções indevidas, inclusive em massa, uso excessivo de força e a utilização de munição tática, como bombas de efeito moral e balas de borracha, sem justificativa.

"Acima dos interesses individuais das autoridades públicas prevalece o direito à crítica, dinâmica com a qual qualquer poder constituído deve conviver. Nessa perspectiva, embora as manifestações até certo ponto pacíficas em espaços públicos gerem transtornos inerentes, como retenções no trânsito ou impactos na limpeza urbana, tais externalidades configuram um ônus que deve ser considerado como tolerável, em prol da liberdade de expressão", cita o documento, pro-

ferido pelo relator no STJ, ministro Paulo Sérgio Domingues.

A segunda instância, no Tribunal de Justiça de São Paulo, considerou que não cabia ao Judiciário interferir nas políticas de segurança, porém o STJ aceitou o recurso da Defensoria e considerou que há omissão do estado na regulamentação e no controle de eventuais excessos praticados pela PM, acolhendo parcialmente os pedidos iniciais.

"A pretensão da Defensoria Pública estadual não visa impedir a atuação estatal, mas trazer balizas orientadoras para delimitação de situações em que a força policial poderá e deverá agir, privilegiando o uso proporcional e progressivo da força", afirmou Domingues, que determinou ainda a "adequação dos protocolos de atuação da Polícia Militar durante as manifestações públicas".

A decisão do ministro também entende que a Constituição Federal garante o direito a mani-

festações pacíficas e que forças públicas de segurança devem avaliar de maneira criteriosa quando representarem risco e exigem operações de choque.

"Foi determinada, no dia 16, a confecção de um relatório diagnóstico apontando os problemas estruturais relacionados à atuação da Polícia Militar paulista no policiamento ostensivo de manifestações públicas, também em 60 dias, além de um protocolo de atuação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em atos e manifestações públicas".

O protocolo inclui algumas exigências: que não sejam impostos limites de tempo e lugar para reuniões e manifestações públicas; que o uso de armas de fogo e balas de borracha seja banido, "salvo nas hipóteses legais cabíveis"; que os policiais sejam identificados, de forma visível; que seja indicado um negociador civil; que caso haja decisão de dispersão ela seja co-



Foto: Rômulo Passos/Agência Brasil

municada aos manifestantes, com tempo hábil para que eles possam atendê-la; que haja regras para utilização de gás lacrimogênio e bombas de efeito moral; que a Tropa de Choque seja utilizada somente após a decisão de dispersão e em casos graves; que nenhum cidadão seja impedido de registrar os agentes; e que haja um plano para capacitar e treinar as forças policiais.

O documento ainda prevê que organizações civis que atuam em segurança pública e na defesa de instituições democráticas e dos direitos humanos contribuam para o documento final, através de audiências públicas.

Procurado, o governo do estado de São Paulo informou que foi notificado da decisão, que está em análise pela Procuradoria Geral do Estado. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Copa Fifa 2026 : vereadores e vereadoras que se identificam como cristãos, devem demonstrar que DEUS Não Aceita fanatismos e idolatrias por riquezas e glórias mundanas ...

PREFEITURA (São Paulo)
Copa Fifa 2026 : prefeito, vice e secretariado que se identificam como cristãos, devem demonstrar que DEUS Não Aceita fanatismos e idolatrias por riquezas e glórias mundanas ...

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Copa Fifa 2026 : deputados e deputadas que se identificam como cristãos, devem demonstrar que DEUS Não Aceita fanatismos e idolatrias por riquezas e glórias mundanas ...

GOVERNO (São Paulo)
Copa Fifa 2026 : o governador e secretariado que se identificam como cristãos devem demonstrar que DEUS Não Aceita fanatismos e idolatrias por riquezas e glórias mundanas ...

CONGRESSO (Brasil)
Copa Fifa 2026 : deputados(as) e senadores(as) que se identificam como cristãos devem demonstrar que DEUS Não Aceita [literatura bíblica] fanatismos e idolatrias por riquezas e glórias mundanas ...

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Copa Fifa 2026 : presidente, vice e ministros(as) que se apresentam como cristãos devem demonstrar que DEUS Não Aceita fanatismos e idolatrias por riquezas e glórias mundanas ...

PARTIDOS (Brasil)
Copa Fifa 2026 : dirigentes, sócios(as) e filiados(as) que se apresentam como cristãos devem demonstrar que DEUS Não Aceita fanatismos e idolatrias por riquezas e glórias mundanas ...

JUSTIÇAS (Brasil)
Literatura Bíblica : profissionais que se apresentam como cristãos e cristãs devem demonstrar que DEUS Nos Deu o Cristo como Eterno Governante de Pleno Amor e de Justas Justiça ...

ANO 34
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]. ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "... ninguém há que se esforce comigo, a não ser Miguel, vosso príncipe" (DANIEL 10.21)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar - Bela Vista - SP **Publicidade Legal** Atos, Balanços e Convocações **Fone: 3258-1822** Periodicidade: Diária **Exemplar do dia: R\$ 3,50**

Filial: Curitiba / PR

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC Governo de São Paulo Notícias Agrícolas Prefeitura de São Paulo Folhapress

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

SP simplifica a tributação e exclui mais 174 mercadorias da substituição tributária do ICMS

O Estado de São Paulo excluirá mais 174 mercadorias do regime de substituição tributária (ST) do ICMS a partir de outubro de 2026. Entre os itens estão materiais elétricos, ferramentas, utopias e refrigeradores. É o quinto conjunto retirado do regime.

Com isso, o movimento já abrange quase dois terços dos produtos antes submetidos à complexidade e aos custos da substituição tributária. A medida foi publicada por meio de portaria no Diário Oficial na terça-feira (30).

A modalidade significa a cobrança do imposto no início da cadeia de produção ou na importação, considerando na base de cálculo a estimativa do valor na venda final ao consumidor no mesmo estado. A eliminação gradual vem ocorrendo desde o ano passado.

A medida dá continuidade ao processo de simplificação tributária conduzido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz), no âmbito do plano "São Paulo na Direção Certa", com o propósito de construir o melhor ambiente de negócios do país e um Estado mais eficiente, transparente e competitivo. Entre as entregas recentes estão a modernização do conteúdo, inovações como o Pix IPVA e a progressiva eliminação de obrigações acessórias que oneravam os empreendedores.

Outro aperfeiçoamento ocorreu em março de 2026, quando a Sefaz publicou portaria que reduziu de 24 para 12 meses o prazo de devolução dos créditos de estoque.

A reformulação da tributação do consumo no Brasil não prevê

mais a substituição tributária, ainda amplamente utilizada pelos Estados no ICMS. A redução gradual e planejada dos produtos sujeitos à ST no estado de SP converge, assim, com essa transição.

Com essa iniciativa, São Paulo consolida a direttriz de revisão e redução da substituição tributária e reforça a construção de um ambiente de negócios moderno e competitivo.

O plano São Paulo na Direção Certa reúne um conjunto de medidas voltadas à modernização da gestão pública, com foco na eficiência do gasto, responsabilidade fiscal e ampliação dos investimentos. A iniciativa inclui ações como a reestruturação de órgãos e agências reguladoras, revisão de benefícios fiscais, alienação de ativos, racionalização de

despesas e modernização de sistemas administrativos, com destaque para a renegociação da dívida com a União e melhorias nos processos de compras públicas.

Na prática, o plano vem consolidando um ambiente mais favorável a investimentos, impulsionando o crescimento econômico e a geração de empregos. A gestão eficiente permitiu avanços em áreas como infraestrutura, saúde, mobilidade e desenvolvimento urbano, além de ganhos fiscais que viabilizam a continuidade de políticas públicas essenciais. O Estado também tem se destacado em discussões nacionais, como a reforma tributária, demonstrando que é possível conciliar responsabilidade fiscal com desenvolvimento econômico e social. (Governo de SP)

Feirão de renegociação de dívidas em contas de água é prorrogado até 31 de julho



Foto: Divulgação/Governo de SP

Os clientes da Sabesp têm mais 30 dias para aproveitar as condições especiais da campanha "Acertando Suas Contas" e podem agora parcelar seus débitos renegociados diretamente na fatura. A nova forma de pagamento foi regulamentada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arspsp) com o objetivo de diminuir o número de inadimplentes. De acordo com essa norma, a dívida repactuada pode aparecer na própria conta, desde que seja mostrada separadamente, com indicação de qual parcela está sendo cobrada e do total do acordo feito com a Companhia.

Os consumidores continuam

contando com as opções de parcelamento anteriormente oferecidas pela Sabesp: em até 24 vezes no cartão de crédito ou através do PIX. Pode participar quem tiver débitos pendentes com a Companhia, independentemente do tempo de atraso. O abatimento de 100% em juros, multas e correção monetária é automático para negociações dentro da campanha. Já o desconto no valor principal (a dívida original) é progressivo e pode chegar a 80%, variando conforme o perfil da conta e a situação cadastral do imóvel.

A possibilidade de quitar os débitos renegociados direto na conta mensal traz mais flexibilidade e facilita a organização fi-

nanceira dos inadimplentes. É parte de um grande esforço da Sabesp para aprimorar a cada dia a experiência do cliente. A campanha já beneficiou cerca de 128 mil clientes, totalizando mais de 110 milhões em descontos concedidos em 2026.

Ainda de acordo com as novas regras, os consumidores residenciais poderão solicitar um novo parcelamento caso o primeiro não seja cumprido. Os clientes também têm direito a quitar antecipadamente suas dívidas, pagando tudo antes do prazo ou adiantando algumas parcelas. Nesse caso, terão direito à redução proporcional dos juros e demais acréscimos futuros. A regulamentação da Arspsp garante tratamento diferenciado aos beneficiários das tarifas social e vulnerável.

A Tarifa Vulnerável concede desconto de 78% para famílias cadastradas no CadÚnico com renda per capita de até um quarto do salário mínimo. Já a Tarifa Social 1 prevê redução de 72% para famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, também inscritas no CadÚnico. O benefício também pode contemplar desempregados com último salário de até três salários mínimos, moradores de habitações sociais e famílias com pessoa com deficiência ou idoso de

65 anos ou mais que receba o Benefício de Prestação Continuada.

A ampliação também passou a incluir famílias que vivem em núcleos urbanos informais passíveis de regularização. Nesses casos, o desconto é de 50% sobre o consumo de até 15 meses contados a partir da ligação. A medida abriu espaço para que moradores de favelas, áreas de habitação social e regiões com maior dificuldade de acesso regular aos serviços de saneamento fossem incorporados ao programa.

Para terem acesso ao benefício, os interessados devem estar inscritos no CadÚnico e atender aos critérios de renda estabelecidos para cada categoria. O uso do cadastro como base de identificação simplifica a inclusão das famílias elegíveis e ajuda a direcionar o desconto a quem mais depende da redução da conta de água e esgoto no orçamento mensal.

Para quem busca agilidade, os canais digitais da Sabesp são a forma mais rápida de atendimento. O WhatsApp, que já atende 2,5 milhões de pessoas mensalmente, oferece soluções pelo número (11) 3388-8000. A unidade móvel "Van Bora" também segue percorrendo o estado para facilitar o atendimento presencial aos clientes. (Governo de SP)

Sistema de Wi-Fi gratuito embarcado entra em fase de testes em trem da Linha 7-Rubi

Com o objetivo de aprimorar a experiência de viagem dos passageiros e oferecer mais conectividade durante o trajeto, a T1C Trens inicia, na segunda-feira (29), a fase de testes do sistema de Wi-Fi gratuito embarcado nos trens da Linha 7-Rubi.

Nesta primeira etapa, o serviço estará disponível exclusivamente no trem de prefixo D707, que participará de um projeto piloto com duração de 30 dias. Durante esse período, os passageiros poderão acessar gratuitamente a internet enquanto viajam.

Ao longo da fase de testes, serão monitorados aspectos

como estabilidade da conexão, cobertura do sinal, desempenho da rede e comportamento do sistema em diferentes condições operacionais. Os resultados dessa avaliação servirão de base para a expansão do serviço de Wi-Fi gratuito embarcado para os demais trens da Linha 7-Rubi.

Com a disponibilização do serviço, os passageiros poderão utilizar aplicativos de mensagens, acessar redes sociais, consultar informações e consumir diferentes conteúdos digitais durante o trajeto, respeitadas as condições de uso da rede.

"O mundo está cada vez mais

conectado e o transporte sobre trilhos também acompanha essa transformação. É no deslocamento diário que muitos passageiros aproveitam para adiantar questões que podem ser resolvidas online ou acompanhar conteúdos de entretenimento. A conectividade tem potencial para transformar o tempo de viagem em um período ainda mais útil e é isso que queremos avaliar nesta fase de testes", destaca Pedro Moro, diretor-presidente da T1C Trens.

O serviço de Wi-Fi gratuito embarcado opera de forma segura e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para utilizar, basta conectar o dispositivo à rede T1C Trens Wi-Fi. Após a conexão, a página de acesso será exibida automaticamente. Caso isso não ocorra, o passageiro poderá abrir qualquer navegador de internet para iniciar o processo.

Na tela inicial, é necessário selecionar a opção "Cadastre-se", concordar com os termos de uso e preencher as informações solicitadas, como nome completo, e-mail, data de nascimento e demais dados requeridos. Em seguida, basta clicar em "Conectar" para começar a navegar. (Governo de SP)

Gov. federal lança Plano Safra 2026/2027 de R\$ 525,1 bilhões

O governo federal lançou na terça-feira (30) o Plano Safra 2026/2027. Principal programa federal de estímulo ao setor agropecuário brasileiro, a iniciativa vai destinar R\$ 525,1 bilhões apenas para a agricultura empresarial durante o próximo ano agrícola.

Do total, R\$ 384,9 bilhões estão reservados para custear despesas essenciais, como a compra de insumos, a manutenção de lavouras e rebanhos e a comercialização da produção. Outros R\$ 140,2 bilhões irão para investimentos, apoiando a modernização produtiva, ampliação da capacidade de armazenagem, irrigação, inovação tecnológica, renovação de máquinas e equipamentos e o aumento da eficiência nas propriedades rurais.

Os R\$ 525,1 bilhões superam em R\$ 9 bilhões os R\$ 516 bilhões destinados ao agronegócio na safra anterior, safra 2025/2026, um incremento de 1,7%. Somado a outros cerca de R\$ 85 bilhões destinados à agricultura familiar, o financiamento para o setor agrícola supera os R\$ 610 bilhões.

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária, um dos principais avanços do Plano Safra 2026/2027 é a redução das taxas máximas de juros em linhas estratégicas da agricultura empresarial.

No Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), por exemplo, o volume previsto alcança R\$ 72,6 bilhões, com taxa máxima de juros

de 9% ao ano, alíquota inferior aos 10% até então aplicados.

O Plano Safra também reforça o incentivo à adoção de práticas produtivas sustentáveis e à regularização ambiental das propriedades rurais, concedendo descontos na taxa de juros de custeio para os produtores que adotarem boas práticas agropecuárias, padrões de gestão e certificações reconhecidas.

O desconto pode chegar a 0,5 ponto percentual para produtores com Cadastro Ambiental Rural (CAR) em situação regular e outro 0,5 ponto percentual para aqueles que adotarem práticas agropecuárias sustentáveis.

O programa também estimula a gestão de riscos, vinculando a possibilidade de renegociação das operações de custeio agrícola à existência de cobertura pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou seguro rural como instrumentos de proteção da produção e de segurança para o sistema de crédito.

Durante cerimônia de lançamento do programa, no Palácio do Planalto, o presidente em exercício, Geraldo Alckmin, afirmou que, com o atual plano, o governo federal atingiu o objetivo de não só ampliar o volume de recursos para o setor, mas, principalmente, reduzir as taxas de juros.

“O crescimento do Plano Safra é um valor recorde. Mais de meio trilhão de reais. E com juros mais baixos. Este era o objetivo”, disse Alckmin, comemorando os bons resultados que a agropecuária alcançou no último período, “mesmo com o tarifário” imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

“Sobrou, da diferença entre o que exportamos e o que importamos, R\$ 149,2 bilhões. Isso tem um efeito fantástico na economia, no sentido de estabilidade, de fortalecer a economia brasileira”, apontou o presidente em exercício.

Ele assegurou que a ampliação da infraestrutura para escoamento da safra é uma prioridade. Ao classificar o agronegócio como “um dos grandes pilares do desenvolvimento nacional”, o ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, defendeu a importância de políticas públicas “proporcionais aos desafios”.

“Talvez, nenhum instrumento represente melhor essa escala do que o Plano Safra, que pertence ao Brasil, e que a partir de 2003 se transformou na principal política pública de crédito rural do Brasil. Uma das políticas públicas mais longevas da nossa história”, lembrou André de Paula.

O ministro ressaltou ainda que a taxa de juros de custeio empresarial baixou de 14% para 12,5%. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, destacou que servidores federais de todas as pastas envolvidas passaram as últimas semanas “trabalhando dia e noite para conseguir compilar e harmonizar as necessidades e os inte-

resses do agronegócio com as contas públicas e as possibilidades financeiras de a União custear um Plano Safra recorde”.

“A cadeia do agronegócio representa, hoje, mais de 25% do PIB [a soma de todas as riquezas produzidas no país] nacional. E é muito importante que um setor tão expressivo da nossa economia tenha a estabilidade de planos safra subsequentes e o compromisso das equipes de governo de debater temas espinhosos, como a renegociação das dívidas rurais e o seguro rural”, acrescentou Durigan, ao destacar que a venda de produtos agrícolas representam metade de todas as exportações brasileiras.

Representante do setor produtivo no lançamento do Plano Safra, o diretor de Relações Corporativas da Inpasa (maior biorrefinaria de grãos da América Latina), Guilherme Nolasco, destacou que, “ao apoiar os produtores, o país apoia uma importante cadeia de negócios, responsável por desenvolver a indústria, pesquisa e a logística nacionais, gerando empregos e aumentando a inovação e a inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional”.

“O Plano Safra é mais do que crédito. É confiança em quem planta, investe e trabalha. Do pequeno ao grande produtor, e também das cooperativas que organizam, integram e fortalecem o desenvolvimento regional”, declarou Nolasco. (Agência Brasil)

BC lança duplicata escritural para facilitar crédito a empresas

O mercado de crédito para as empresas brasileiras passará por uma transformação com a chegada da duplicata escritural, lançada oficialmente nesta terça-feira (30) pelo Banco Central (BC).

Com funcionamento em fase de testes e previsão de adoção gradual até junho de 2028, a ferramenta representa uma versão totalmente digital da duplicata tradicional usada em vendas a prazo entre pessoas jurídicas.

O novo modelo permite que todo o ciclo do título, desde a emissão até o pagamento, negociação ou uso como garantia, seja registrado eletronicamente em sistemas autorizados pelo Banco Central.

A mudança busca tornar as operações mais seguras, reduzir fraudes e facilitar o acesso ao crédito, especialmente para pequenas e médias empresas (PMEs).

Como funciona

A duplicata é um documento que representa uma dívida de uma empresa compradora com outra empresa vendadora. Ela costuma ser usada por negócios que vendem produtos ou serviços com pagamento futuro.

Antes da digitalização, parte dessas operações dependia de documentos físicos, registros separados e processos manuais. Isso aumentava o risco de problemas como informações desencontradas, duplicidade de recebíveis e dificuldades para comprovar a existência do crédito.

Com a duplicata escritural, os dados passam a ficar registrados em um ambiente eletrônico, permitindo acompanhar todo o histórico do título.

Na prática, o sistema oferece: Mais transparência nas operações; Rastreamento dos recebíveis; Redução de fraudes; Maior segurança para bancos e empresas; Processos mais rápidos e organizados.

Para pequenas e médias empresas, a mudança pode melhorar as condições de acesso a financiamentos.

Ao apresentar recebíveis registrados digitalmente, empresas podem ter mais facilidade para antecipar valores que receberiam no futuro ou oferecer esses créditos como garantia em

operações financeiras.

O novo sistema também tende a ajudar instituições financeiras a avaliar melhor os riscos, pois permite analisar com mais precisão a origem e a validade dos recebíveis.

Principais números

R\$ 11 trilhões: tamanho estimado do mercado envolvido nas operações

2 milhões: número estimado de empresas emissoras de duplicatas

18 mil: grandes empresas consideradas sacadoras;

Implantação gradual

A adoção do novo sistema será feita por etapas. Antes da obrigatoriedade, haverá uma fase de testes para validar o funcionamento do ecossistema digital.

O cronograma prevê: Empresas de grande porte: adesão obrigatória a partir de junho de 2027; Empresas médias: até dezembro de 2027;

Pequenas empresas: a partir de junho de 2028.

O Banco Central afirma que o novo modelo deve reduzir problemas comuns no mercado de recebíveis, como a negociação do mesmo crédito mais de uma vez ou a dificuldade para verificar se uma dívida realmente existe.

Com o registro digital, bancos, fundos e empresas poderão consultar informações sobre a situação de cada duplicata.

Apesar dos avanços, especialistas destacam que a tecnologia não elimina todos os riscos. As empresas continuarão precisando manter controles internos, documentos físicos corretos e organização financeira.

A mudança exigirá integração entre áreas financeiras, fiscais, comerciais e jurídicas das empresas. Será necessário garantir que notas fiscais, pagamentos, contratos e registros digitais estejam alinhados.

A duplicata escritural representa uma nova etapa na digitalização do crédito brasileiro e pode ampliar a concorrência entre financiadores, tornando o mercado mais transparente e acessível para empresas de diferentes portes. (Agência Brasil)

Déficit do setor público em maio foi de R\$ 56 bilhões, informa Banco Central

O setor público consolidado – União, estados, municípios e empresas estatais – teve déficit primário de R\$ 56,1 bilhões em maio de 2026, valor maior que no mesmo mês do ano passado, quando foi de R\$ 33,7 bilhões. Os valores constam no relatório Estatísticas Fiscais, divulgado na terça-feira (30) pelo Banco Central.

No acumulado de 12 meses contados até maio, o déficit primário ficou em R\$ 149 bilhões (1,14% do PIB), resultado 0,16 ponto percentual (p.p.) acima do acumulado até abril.

No caso do Governo Central (formado por Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) e dos governos regionais houve déficit de R\$ 55,2 bilhões

e R\$ 1,2 bilhão, respectivamente. Nas empresas estatais, houve superávit de R\$ 0,3 bilhão.

Os gastos do setor público consolidado com juros nominais totalizaram R\$ 107,5 bilhões em maio, ante os R\$ 92,1 bilhões registrados em maio de 2025.

“Contribuiu para essa evolução o aumento no estoque do endividamento líquido no período. No acumulado em 12 meses até maio, os juros nominais alcançaram R\$ 1.111 bilhões (8,48% do PIB), comparativamente a R\$ 946,1 bilhões (7,74% do PIB) nos 12 meses até maio de 2025”, informou o BC.

Com isso, o resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário

e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$ 163,7 bilhões em maio. Em 12 meses, o déficit nominal acumulado chegou a R\$ 1.260 bilhões (9,62% do PIB), mantendo-se estável, em relação ao PIB, em maio anterior.

A Dívida Líquida do Setor Público chegou a R\$ 8,9 trilhões (67,9% do PIB) em maio, elevando-se em 0,7 p.p. do PIB no mês.

“Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos dos juros nominais apropriados (0,8 p.p.), do déficit primário (0,4 p.p.), da desvalorização cambial de 1,4% no mês (-0,1 p.p.) e do efeito da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.)”, justifica o relatório.

No ano, a dívida líquida do

setor público aumentou em 2,7 p.p. do PIB, refletindo, em especial, os impactos dos juros nominais (3,5 p.p.), do efeito da desvalorização cambial acumulada de 8,1% (0,9 p.p.), do déficit primário acumulado (0,2 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-1,8 p.p.).

Em maio, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) ficou em R\$ 106 trilhões (81,1% do PIB). O resultado representa aumento de 0,9 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

Segundo o BC, esse aumento se deve principalmente aos juros nominais apropriados (0,9 p.p.), às emissões líquidas de dívida (0,4 p.p.), ao efeito da desvalorização cambial (0,1 p.p.) e à variação do PIB nominal (-0,5 p.p.). (Agência Brasil)

Gov. inicia retirada gradual de subsídios aos combustíveis

A queda recente no preço do petróleo fez o governo federal anunciar na terça-feira (30) o início da retirada gradual dos subsídios criados para conter a alta dos combustíveis por causa da guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã.

A primeira medida será o fim da subvenção de R\$ 0,35 por litro do diesel, que deixa de valer a partir desta quarta-feira (1º).

Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, a decisão foi possível porque o preço internacional do petróleo voltou a patamares próximos aos registrados antes da crise no Oriente Médio, reduzindo a necessidade de manter as medidas emergenciais.

“Estamos tirando a subvenção de R\$ 0,35 por litro do diesel a partir de amanhã e não vamos parar por aqui. Estamos em avaliação da outra subvenção do diesel, que é R\$ 1,12, e, em especial, também da gasolina, de R\$ 0,44”, afirmou Durigan.

O ministro explicou que a equipe econômica acompanha diariamente a evolução do preço do petróleo e dos combustíveis no mercado interno, para decidir quando os demais incentivos poderão ser retirados.

Neste primeiro momento, apenas a subvenção de R\$ 0,35 por litro do diesel será encerrada. Os demais benefícios continuam em vigor, mas passam por avaliação do governo.

O que continua valendo
subsídio de R\$ 1,12 por litro do diesel; subsídio de R\$ 0,44 por litro da gasolina; subsídio ao gás de cozinha (GLP); desoneração de tributos federais sobre o biodiesel; desoneração de tributos



Foto: Marcelo Camargo/ABR

sobre o querosene de aviação. Segundo o governo, esses incentivos foram adotados para evitar que a alta internacional do petróleo provocasse aumentos expressivos nos preços pagos pelos consumidores brasileiros.

A retirada dos subsídios ocorre após a redução das tensões no Oriente Médio, com o acordo parcial de cessar-fogo entre Estados Unidos e Irã. Com isso, o barril do petróleo tipo Brent voltou a ser negociado em torno de US\$ 70, nível semelhante ao observado antes do conflito.

Como o preço internacional recuou, a equipe econômica avalia que parte das medidas emergenciais já cumpriu seu objetivo. Além da queda do petróleo, o governo afirma que a retirada gradual dos subsídios busca preservar as contas públicas.

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que a decisão foi tomada para manter o compromisso com

a meta fiscal de 2026.

“Mantida essa premissa da neutralidade fiscal, vamos retirando as subvenções, de modo que a nossa meta de resultado primário seja cumprida, sem nenhuma mudança”, declarou.

Segundo Moretti, como o petróleo ficou mais barato, também diminuiu a arrecadação extraordinária obtida pelo governo com royalties e tributos relacionados à produção e exportação da commodity.

Por isso, manter os subsídios por mais tempo poderia aumentar a pressão sobre o orçamento federal.

Os subsídios aos combustíveis começaram a ser concedidos em março, quando o conflito no Oriente Médio elevou rapidamente os preços internacionais do petróleo.

Na época, o governo também adotou outras ações para reduzir o impacto da alta sobre consumidores e empresas, como: subsí-

dios ao diesel, gasolina e gás de cozinha; isenção de tributos federais sobre biodiesel e querosene de aviação; linhas de crédito para empresas aéreas; reforço na fiscalização de preços praticados nos postos de combustíveis.

Grande parte dessas medidas foi financiada pela arrecadação adicional obtida com a valorização do petróleo no mercado internacional.

A expectativa da equipe econômica é que, se os preços do petróleo permanecerem próximos dos níveis atuais, os incentivos ao diesel e à gasolina também sejam reduzidos gradualmente nas próximas semanas.

Segundo o presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Artur Watt Neto, a retirada dos subsídios foi planejada para ocorrer sem provocar impacto significativo nos preços dos combustíveis ao consumidor final. (Agência Brasil)

Planos de saúde antigos terão reajuste máximo de 6,2% em 2026

AANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) divulgou, na segunda-feira (29), os percentuais máximos de reajuste que poderão ser aplicados em 2026 a uma parcela de planos de saúde. Os índices variam entre 5,52% e 6,2% e atingem contratos individuais assinados antes da Lei 9.656, de 1998, que regulamentou o setor de saúde suplementar.

As regras valem apenas para contratos vinculados aos chamados Termos de Compromisso, acordos firmados entre a ANS e algumas operadoras em 2004 para estabelecer critérios para os reajustes desses planos antigos.

Os percentuais máximos definidos pela agência são:
- Operadoras de medicina de grupo (Amil): 5,52%
- Seguradoras especializadas em saúde (Bradesco Saúde, SulAmérica e Itaúseg): 6,2%

As operadoras ainda podem optar por aplicar reajustes inferiores aos tetos definidos pela agência. A reportagem procurou as empresas para saber qual percentual será efetivamente adotado, mas não recebeu resposta até a publicação deste texto.

Segundo a ANS, os índices foram calculados a partir da combinação da variação da despesa assistencial no período, de 5,11%, com fatores adicionais previstos na metodologia de cálculo dos custos. Para as operadoras de medicina de grupo, o fator adicional foi de 0,39%, enquanto, para as seguradoras especializadas em saúde, foi de 1,04%.

Em 2025, o reajuste máximo definido foi de 7,16% para as se-

guradoras e 6,47% para a operadora Amil.

QUEM SERÁ AFETADO?

O reajuste não vale para todos os planos de saúde individuais. Ele se aplica apenas aos contratos antigos, assinados antes da entrada em vigor da Lei 9.656/98, e que permanecem vinculados aos Termos de Compromisso firmados com a ANS.

Esses acordos foram criados em 2004 para substituir cláusulas de reajuste consideradas pouco claras ou excessivamente onerosas por uma metodologia técnica definida pela agência reguladora.

Inicialmente, os termos foram assinados por seis operadoras: Amil, Bradesco Saúde, SulAmérica, Itaúseg, Golden Cross e Porto Seguro. Atualmente, permanecem vigentes apenas os contratos das quatro primeiras.

Hoje, 158,6 mil beneficiários ainda possuem planos enquadrados nesses Termos de Compromisso. Como esses contratos deixaram de ser comercializados há décadas, o número de clientes diminuiu gradualmente ao longo dos anos, segundo a agência. No ano passado, eram cerca de 400 mil beneficiários.

Em nota, a ANS afirma que a decisão busca garantir “tratamento isonômico entre os contratos, previsibilidade na aplicação dos reajustes e segurança jurídica para todas as partes envolvidas”, além de manter alinhamento entre os contratos antigos e as regras aplicadas aos planos regulamentados. (Folhapress)

Vacinação de adolescentes de 15 a 19 anos contra o HPV é prorrogada

Fux vai presidir Segunda Turma do STF a partir de agosto



O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), vai presidir a Segunda Turma a partir de agosto, após o período de recesso da Corte. Fux entrará na vaga deixada pelo atual presidente, ministro Gilmar Mendes, que encerrará o período anual de permanência no comando do colegiado. A turma é responsável pelo julgamento dos processos que envolvem o banqueiro Daniel Vercoro e as investigações da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal (PF), que apura as fraudes no Banco Master. Além de Fux e Gilmar, a turma é composta pelos ministros Nunes Marques, Dias Toffoli e André Mendonça, relator do caso Master.

O Ministério da Saúde prorrogou a vacinação de adolescentes de 15 a 19 anos contra o HPV até 31 de dezembro deste ano. A estratégia de resgate vacinal de jovens que não receberam a dose na idade recomendada seria encerrada este mês.

Em ofício, a pasta reforçou a importância do resgate vacinal para a ampliação do acesso de adolescentes ainda não imunizados e reafirmou a necessidade de estados e municípios intensifiquem as ações voltadas para a vacinação desses jovens.

"O monitoramento dessa vacinação de resgate apresenta avanços, mas os dados ainda são insuficientes para alcançarmos os mais de 600 mil adolescentes contemplados, necessitando, portanto, o incremento de estratégias voltadas para ações extramuros, como nas escolas, universidades e outros locais", destacou o ministério.

No documento, a pasta citou ainda a importância de parcerias com sociedades científicas, órgãos de classe, organizações não governamentais, igrejas e mídias, com o objetivo de ampliar a divulgação para a sociedade sobre a segurança e a efetividade da vacina.

Dados coletados até junho deste ano indicam que 287.647 adolescentes com idade entre

15 e 19 anos foram imunizados contra o HPV, sendo 124.172 do sexo feminino e 163.502 do sexo masculino.

Esquema vacinal

A vacina contra o HPV faz parte da rotina do calendário nacional para crianças e adolescentes de 9 a 14 anos. Desde 2024, o Brasil adotou o esquema de dose única, substituindo o modelo anterior de duas doses e simplificando o acesso à imunização.

Para pessoas imunocomprometidas, como as que vivem com HIV/aids e pacientes oncológicos e transplantados, o esquema vacinal permanece com três doses. A mesma recomendação se aplica a usuários de profilaxia pré-exposição (PrEP) entre 15 e 45 anos e a vítimas de violência sexual a partir dos 15 anos.

Análise

O vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SbIm), Renato Kfourri, lembra que o HPV é o principal vírus causador de diversos tipos de câncer, sobretudo o de colo de útero, mas também está relacionado ao câncer anal, câncer de boca, de cabeça, de pescoço, de ânus, de vulva e de vagina.

"São diversos tipos de câncer que partem do princípio de uma infecção prévia pelo vírus.



Ele promove uma alteração na mucosa desses locais e indivíduos que não conseguem eliminá-lo após a exposição persistem com essa infecção por tempo prolongado, levando a uma diferenciação dessas células, causando, no futuro ou na persistência dessa infecção, esses tipos de câncer," explicou Kfourri.

Segundo ele, o objetivo da imunização é evitar que mulheres e homens, ao se exporem ao HPV, se infectem e fiquem com o vírus de forma persistente. "A vacinação de adolescentes foi demonstrada, em diversos locais do mundo, a idade mais eficaz não só no desempenho da vacina, mas também pelo momento."

"Ao vacinar antes da exposição ao vírus, já que é um vírus de transmissão basicamen-

te sexual, você evita e consegue obter o melhor desempenho da vacina, que é proteger contra todos os tipos contidos na dose", completou.

O médico destacou ainda que a estratégia de imunizar meninos e meninas amplia o poder de proteção por meio da redução da transmissão do vírus e que países que adotaram a ação obtiveram reduções expressivas em verugens genitais, cânceres de vagina e vulva e, principalmente, no câncer de colo de útero.

"É uma vacina extremamente segura e altamente eficaz. Uma das mais eficazes que nós já desenvolvemos no mundo. Ao ponto da Organização Mundial da Saúde falar hoje em eliminar o câncer de colo de útero", concluiu Kfourri. (Agência Brasil)

Petrobras muda cálculo do preço do gás natural



A Petrobras informou que vai passar a utilizar novo mecanismo de cálculo para definir o preço do gás natural vendido às distribuidoras. A nova fórmula foi criada de forma a mitigar "aumentos bruscos" de preços do mercado internacional. Com isso, o próximo reajuste, em 1º de agosto, deve ser de 6% em vez de 22%. A estatal faz a ressalva de que a variação é de 6% em agosto é uma "estimativa".

O novo método de cálculo foi aprovado na quarta-feira (24) e divulgado somente na terça-feira (30).

Por contrato, o preço do gás natural é reajustado pela Petrobras a cada três meses. O último reajuste foi em 1º de maio, em 19,2%, em média.

De acordo com a companhia, a nova fórmula consiste em um mecanismo de proteção à volatilidade dos preços e cria bandas, uma espécie de piso e teto, do valor do barril Brent, referência internacional do petróleo.

Apesar de o Brasil ser produtor de petróleo, o produto, por ser uma commodity - matéria-prima negociada em grandes quantidades -, tem seu preço definido no mercado internacional. No entanto, com a criação da faixa máxima e mínima de preço, a companhia espera suavizar altas bruscas de preços ao reparar o produto para as distribuidoras no país.

"A medida reduz temporariamente o impacto da alta dos preços, trazendo mais previsibilidade e evitando aumentos bruscos", explica a estatal em comunicado à imprensa.

Contrato

A companhia esclareceu que a adesão das distribuidoras a essa nova forma de precificação

é voluntária, por meio de um aditivo aos contratos de fornecimento de gás natural.

Ainda segundo a empresa, "a iniciativa reforça a atuação com foco nas necessidades dos clientes e confirma a atuação competitiva da Petrobras no mercado aberto de gás natural".

No comunicado, a empresa lembra que o preço final do gás natural ao consumidor depende de outros fatores, como o custo do transporte, margem de lucro e tributos.

No caso do Gás Natural Veicular (GNV), há ainda margem dos postos. Além disso, lembra a estatal, as tarifas ao consumidor precisam ser aprovadas pelas agências reguladoras nos estados.

A precificação alterada não se refere ao gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como gás de botijão.

Após março deste ano, com o início da guerra no Oriente Médio, derivados de petróleo, como gás, gasolina, óleo diesel e querosene de aviação, têm enfrentado uma escalada de preço.

O impacto econômico é reflexo de danos à cadeia de produção do petróleo, uma vez que a guerra levou a seguidos bloqueios do Estreito de Ormuz, ao sul do Irã, por onde passavam, antes do conflito, cerca de 20% da produção global de óleo e gás. Menos oferta de produtos representa preços mais altos.

Aqui no Brasil, o governo adotou medidas para suavizar os aumentos ao consumidor final, com a isenção temporária de tributos e subsídios para produtores e importadores de derivados, desde que repassem o alívio financeiro à ponta da cadeia de consumo. (Agência Brasil)

Redes sociais causam polarização e isolamento político em jovens

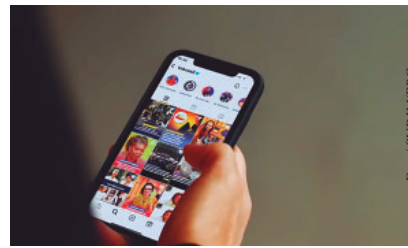
Um estudo entre jovens brasileiros com idade de 21 a 34 anos mostrou que a intermediação das redes sociais na forma como a juventude se relaciona com a política tem causado profundas transformações. Isolamento, personalização e polarização são alguns dos efeitos colaterais dessa intermediação.

A pesquisa qualitativa ouviu 24 jovens, em 2022, que vivem em metrópoles brasileiras de várias regiões, tanto de capitais quanto do interior sobre temas relacionados à política, polarização e redes sociais. O grupo representa uma amostra da faixa etária onde estão 29% dos eleitores no país.

Segundo a pesquisadora Catharina Vale, da Universidade Católica Portuguesa, o estudo constatou que essa faixa etária demonstra desconhecimento a vivência política sem intermediação das redes sociais. Por essa razão, estão mais suscetíveis às mudanças provocadas por esse tipo de mídia.

Um dos principais efeitos colaterais é uma seleção deliberada do conteúdo político de forma individualizada e personalizada. "Foi nessa observação que eu proponho o conceito que eu chamo de curadoria do eu. Que é essa prática desprover usuários justamente para promover uma proteção".

De acordo com a pesquisadora, a "curadoria do eu" é uma consequência da ansiedade e do cansaço gerado por um tipo de



meio de comunicação pensado para relações comerciais, embora seja ofertado como uma mídia social.

"Nos depoimentos ouvi falas muito marcantes que demonstram esse cansaço, como 'brigar cansa' ou 'eu não queria enlouquecer'", diz Catharina.

O mecanismo de proteção também apareceu frequentemente nas declarações dadas pelos jovens. "São falas que reconhecem essa prática de cancelar, ou de ter consciência de que vive em uma bolha e é feliz assim. Como por exemplo: 'esse tipo de conteúdo não chega pra mim', 'eu faço curadoria e sei que meu algoritmo também faz'", destaca.

Na avaliação de Catharina, a "curadoria do eu" empobrece o debate entre esse público e afeta a coletividade e a democracia.

de pessoa para pessoa", explica Catharina.

Mudança

De acordo com Catharina Vale, toda essa transformação pode ser observada a partir das Jornadas de Junho, uma série de mobilizações em massa ocorridas simultaneamente em centenas de cidades brasileiras, em 2013.

As manifestações coincidem com o surgimento das redes sociais e o início do acesso do público jovem a esse tipo de mídia. "Quando a gente chega na web 2.0, que começa a possibilitar rede social, dados, microdados, essa troca, essa relação da mídia com a política começa a ganhar outro corpo, começa a ter outra forma. E a partir de 2013 é quando a gente percebe isso no Brasil de forma mais evidente", afirma a pesquisadora.

Para Catharina, essas transformações foram intensificadas a cada ano e produziram efeitos nas eleições seguintes, podendo, inclusive, resultar em uma grande transformação na forma de fazer política no Brasil.

"Tem um potencial de transformar, mas principalmente de transformar a política pelas próximas décadas, porque é isso novo fazer político que vai acompanhar a Brasil pelas próximas 20, 30, 40, 50 décadas à frente da gente", conclui. (Agência Brasil)

Denúncias de violência infantojuvenil crescem mais de 120% em 5 anos



As denúncias de violência contra crianças e adolescentes mais que dobrou no decorrer da década, segundo dados do Ministério da Saúde. Em 2020, o Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan) recebeu 73.635 ocorrências, número que subiu para 165.413 em 2025, representando crescimento de 125%.

Os dados foram analisados pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e divulgados na terça-feira (30). Segundo a pesquisa, entre 2020 e 2025, o Sinan rece-

beu 685.629 notificações que envolviam vítimas de 0 a 18 anos.

A grande maioria das denúncias foram protocoladas por garotas. Enquanto os meninos aparecem em 38% dos casos, as meninas e adolescentes do sexo feminino representaram 62% das vítimas. Em relação ao perfil racial, 49,1% das vítimas foram classificadas como pardas, 35,7% como brancas e 7,6% como negras.

A violência sexual apareceu como a ocorrência mais frequente, ao concentrar 34% das notificações. Em seguida aparecem casos de negligência e abandono,

com 33,3%, e violência física, com 29,9%.

O estudo ressalta que o ambiente doméstico é o local em que ocorre a maioria das agressões. A mãe da vítima foi identificada como a agressora em 34% dos casos, enquanto o pai teve envolvimento em 26% das ocorrências registradas.

Na análise de faixa etária, a adolescência concentra 43% das notificações, com 294.010 registros. Entre a primeira infância, que atinge crianças de até 6 anos, surgiram 256.601 casos (37%), e na segunda infância, entre 7 e 12 anos, foram 135.018 casos (20%).

Para o psiquiatra e presidente da SPDM Ronaldo Laranjeira, o volume de notificações demonstra que a violência contra crianças e adolescentes segue como um grave e persistente problema no país.

"Quando uma criança ou adolescente é vítima de violência, os impactos podem ultrapassar o momento da agressão e se estender por toda a vida. Estamos falando de consequências físicas,

emocionais, sociais e educacionais que podem comprometer o desenvolvimento e aumentar vulnerabilidades futuras. Por isso, é fundamental fortalecer a atuação integrada entre saúde, assistência social, educação e sistema de justiça", afirma Laranjeira.

No período analisado, todas as regiões do Brasil registraram aumento nas notificações. Os estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais concentram, juntos, 52% de todas as notificações registradas no período analisado.

O Nordeste liderou o ranking de variação percentual com um salto de 1.200%, seguido das regiões Norte (809%), Centro-Oeste (508%), Sul (421%) e Sudeste (221%).

Para a SPDM, os resultados reforçam a importância da qualificação contínua dos profissionais para identificação precoce dos sinais de violência, do fortalecimento das redes de proteção e da ampliação das ações de prevenção voltadas às famílias e comunidades. (Agência Brasil)